

Temas transversais e intersetorialidade: desafios para educação preventiva integral

Renato Barboza*
Lígia Rivero Pupo**

Nas últimas duas décadas, vários autores têm destacado a necessidade da implantação de programas de educação preventiva em unidades escolares, destinados ao público de crianças e adolescentes e aos demais segmentos da comunidade escolar (Amaro, 1996).

Apesar dos recursos públicos investidos em nosso país para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção, especialmente com relação aos casos de DST/HIV/Aids, uso indevido de drogas e gravidez não programada na adolescência, a cobertura destes, ainda é insuficiente e sua distribuição é desigual na rede de ensino.

Portanto, o estabelecimento de políticas públicas voltadas à Educação Preventiva no contexto escolar, ainda é um desafio que deve ser priorizado por gestores de diferentes níveis de governo.

Educação Preventiva e os Temas Transversais

O Ministério da Educação e do Desporto (1997) implantou a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) para as quatro primeiras séries do ensino fundamental. Tendo-se como premissa que o processo ensino-aprendizagem, dada sua complexidade é multideterminado, o conceito de *trabalho transversal*, incorporado aos PCN, tem como proposta a qualificação do processo pedagógico das escolas, contribuindo para formação de um *cidadão participativo, reflexivo, autônomo e conhecedor de seus direitos e deveres*.

Os PCN têm como eixo a educação para a cidadania, englobando os seguintes temas: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, consumo, saúde e orientação sexual - que não se constituem como novas disciplinas. Esses temas devem ser discutidos

e selecionados pela comunidade escolar desde a formulação do projeto político-pedagógico e durante sua implementação. Nesse sentido, ações voltadas para Educação Preventiva, devem ser desenvolvidas em consonância com a concepção pedagógica adotada pela equipe escolar.

Em 1999, o Ministério da Saúde realizou um estudo nacional (Ministério da Saúde, 2002) para avaliar a inserção de atividades de prevenção aos casos de DST/Aids e drogas em diferentes tipos de escolas no país (públicas estaduais/municipais e particulares). Participaram escolas de ensino fundamental (70%), infantil (50%), médio (24,3%) e supletivo (14,65%).

Os temas sexualidade, prevenção aos casos de DST/Aids e uso de drogas, foram abordados na maioria das escolas (73,4%). Porém, a distribuição destas atividades nas diferentes regiões, nos diversos tipos de escola e nas variadas modalidades de ensino, demonstrou vulnerabilidades institucionais, programáticas e políticas.

Em primeiro lugar, podemos ressaltar a visível discrepância existente entre a realidade das escolas estaduais e municipais. Em praticamente todas as variáveis pesquisadas, as escolas estaduais tiveram um desempenho melhor do que o das municipais nas diferentes regiões. Enquanto 87% das escolas estaduais referiram ter desenvolvido atividades de prevenção, as municipais são as que menos executaram essas atividades, não chegando a 60%.

Contudo, vale a pena ressaltar que as escolas estaduais são as que mais tiveram acesso a materiais educativos e didáticos, equipamentos, e capacitações oferecidas pelo nível federal.

Neste estudo, o índice de capacitação dos

* Sociólogo, mestrando em Saúde Coletiva, Pesquisador Científico do Núcleo de Investigação em Serviços e Sistemas de Saúde.

** Psicóloga, mestranda em Medicina Preventiva, Pesquisadora Científica do Núcleo de Investigação e Estudos em Epidemiologia





professores com relação aos seguintes assuntos: sexualidade, DST/Aids e drogas - revelou-se baixa, pois apenas 41,4% das escolas referiram possuir professores treinados para abordar esses temas. As escolas estaduais apresentaram a maior proporção de professores capacitados; seguidas pelas particulares. As municipais foram as mais deficientes com relação à capacitação de seus profissionais.

Outra importante distinção percebida no estudo, foi a diferença de atuação entre as escolas de ensino médio e as de ensino fundamental e infantil. Segundo o estudo, as primeiras, são as que mais desenvolveram atividades de prevenção (mais de 90%), contra 72% nas escolas de ensino fundamental. As escolas de ensino infantil foram as que menos referiram este tipo de atividade. Para se entender melhor os motivos que levaram a esta diferença de postura entre estas diversas modalidades de ensino, é importante examinar os motivos relatados pelas escolas que não realizaram nenhuma atividade de prevenção.

Os principais motivos foram: não terem material didático apropriado e professores capacitados. Além destes, foram referidas as seguintes razões: a escola não concorda com a inserção destes temas; o tema sexualidade é visto como inapropriado para a baixa faixa etária dos alunos; considera-se que não existem problemas relacionados a estes assuntos na escola e, por último; considera-se que estes temas não estão previstos na programação da Secretaria de Educação.

Para melhor compreender a reserva e o pouco envolvimento das escolas (principalmente das de ensino fundamental e infantil), com relação às atividades de prevenção, faz-se necessário observar que existe uma proporção bem maior de escolas de ensino médio capacitadas para as atividades de prevenção aos casos de DST/Aids e uso de drogas, do que escolas de ensino fundamental, sendo que as de menor acesso à capacitação foram as escolas de ensino infantil (apenas 32%).

Assim, o posicionamento das escolas de ensino infantil e fundamental, pode refletir, o pouco investimento dos governos (que em relação a esta temática, priorizam a população adolescente), para

incentivar: a inserção do tema sexualidade nas diferentes faixas etárias, proporcionando acesso a materiais pedagógicos específicos e a capacitação dos educadores de todas as modalidades de ensino.

Além disso, as diferenças no acesso à materiais e na formação das escolas municipais em relação às estaduais e das escolas de ensino infantil e fundamental em relação às de ensino médio, pode revelar a desarticulação entre as ações desenvolvidas pelo estado e município e entre as atividades das escolas de ensino médio e as de ensino fundamental e infantil. Em geral não se observa um compromisso conjunto entre estado e município, e entre ensino médio e fundamental, na avaliação de necessidades regionais e locais, no planejamento e na implantação de ações articuladas.

Diante destas evidências, é importante enfatizar a relevância da intersetorialidade nas diferentes esferas de governo para integração de áreas afins, visando minimizar problemas e reduzir desigualdades, pois, os gestores da Educação e da Saúde, quando articulados e orientados por objetivos comuns potencializam ações e recursos, atuando de forma complementar e sinérgica na implementação das políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- AMARO, C.M. [et al.]. *Papel da Educação na Ação Preventiva ao Abuso de Drogas e às DST/AIDS*. SES/SP, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Série Idéias N° 29, São Paulo, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Vol. 8; *meio ambiente, saúde*. Vol. 9; *pluralidade cultural, orientação sexual*. Vol. 10; Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1997.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Levantamento Nacional sobre Prevenção de DST/Aids e de Uso Indevido de Drogas em Escolas*. – Série Avaliação 3, PNDST/Aids, Brasília, 2002 – disponível em www.aids.gov.br/final/biblioteca/avalia3/home.htm